



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
ÁREA DE PERÍCIAS DE GENÉTICA FORENSE - APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 10885058/2019-APGEF/DPER/INC/DITEC/PF

Processo nº 08201.000695/2019-93

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO)**  
**POLÍCIA FEDERAL**  
**PREGÃO Nº...../2020**

(Processo Administrativo n.º 08201.000695/2019-93)

**1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de serviços de Manutenção Preventiva e corretiva para o quantitativo de um equipamento modelo Manipulador de Líquidos *Biomek NXp*, de fabricação da empresa *Beckman Coulter* do Brasil Comércio e Importação de Produtos de Laboratório Ltda., instalado no Laboratório de Genética Forense (Laboratório de DNA) do Instituto Nacional de Criminalística (INC) da Polícia Federal (PF), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Qualquer tarefa realizada rotineiramente sob um programa regular de manutenção do equipamento, e que vise à prevenção de paradas não programadas e assim evitar impactos na produção normal do sistema.

1.1.2. MANUTENÇÃO CORRETIVA: Qualquer tarefa relacionada ao reparo de defeito de qualquer item do equipamento, quando o defeito impactar na produção normal do sistema, seja ele causado por operação anormal do sistema ou por desgastes de peças.

**Tabela 01- Descrições dos serviços**

Item	Especificação do Equipamento	Código de Serviço (CATSER)	Unidade de Medida	Quantidades de Manutenções	Valor de Referência
1	Serviço de <b>MANUTENÇÃO PREVENTIVA</b> com fornecimento de peças e deslocamento de técnicos para equipamento Manipulador de Líquidos BIOMEK NXp	16314	Serviço	01 (uma) Preventiva	<b>R\$ 4.700,00</b>
2	Serviço de <b>MANUTENÇÃO CORRETIVA</b> com fornecimento de peças e deslocamento de técnicos para equipamento Manipulador de Líquidos BIOMEK NXp		Serviço	02 (duas) Corretivas	<b>252.101,59</b>

Observação 1: As manutenções preventiva e corretivas serão consideradas um bloco, ou seja, tais serviços deverão ser executados pelo mesmo fornecedor, não haverá, portanto, fracionamento do objeto, conforme

motivação explicitada nos Estudos Técnicos Preliminares.

Observação 2: Os valores de referência foram obtidos a partir da metodologia de **Menor Preço**, conforme explicitado no item 23 deste Termo de Referência.

1.2. Os quantitativos e respectivas descrições dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Execução por Tarefa, ou seja, serão pagas à CONTRATADA os serviços de manutenções preventivas ou corretivas efetivamente executadas e as peças efetivamente substituídas.

1.4. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, iniciando-se a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado com fornecimento de mão de obra sem regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. A CONTRATADA deverá ter capacidade técnica de execução dos serviços, devendo encaminhar, a critério da Administração, atestado de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprove aptidão de execução da totalidade dos serviços pretendidos neste Termo de Referência.

5.1.2. Prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Manutenção Corretiva de forma continuada, compatível com características, qualidade, quantidades, vigência, prazos bem como quaisquer outras exigências pactuadas no contrato.

5.1.3. A CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas sustentáveis na execução dos serviços, inclusive no descarte adequado de peças e insumos eventualmente substituídos durante as manutenções

5.1.4. A CONTRATADA deverá possuir em seu quadro técnico, pessoal suficientemente qualificado para execução dos serviços solicitados, de acordo com os parâmetros fornecidos pelo fabricante do equipamento. A CONTRATADA deverá possuir capacidade econômica para sustentar o fornecimento dos serviços previstos neste Termo de Referência, por pelo menos 12 meses a contar da assinatura do contrato

5.1.5. A CONTRATADA, deverá transmitir conhecimento e técnicas, caso houverem, que permitam uma manutenção simplificada para solução de pequenas partes que eventualmente possam ocorrer no uso cotidiano do equipamento e que não necessite auxílio técnico especializado.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos é de 01 (um) para Manutenção Preventiva e até 02 (dois) para Manutenção Corretiva a cada período de 12 (doze) meses. Há a necessidade de hospedagem, estimada proporcionalmente ao quantitativo de deslocamentos relativos às Manutenções Preventivas e Corretivas.

5.4. As obrigações da CONTRATADA e CONTRATANTE estão previstas neste TR.

## 6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 17:00 horas.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## 7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Os serviços de manutenção deverão ser prestados no Laboratório de Genética Forense (Laboratório de DNA) da Polícia Federal (PF), localizado no Instituto Nacional de Criminalística, localizado na SAIS - Quadra 07 - Lote 23 - Setor Policial Sul – Brasília – DF, tel. (61) 2024-9738, em dias úteis e no horário de 09:00 as 12:00 e 14:00 as 17:00 horas. Caso seja necessário, a retirada do equipamento das dependências da CONTRATANTE, para manutenção nas dependências da CONTRATADA, os custos e a responsabilidade da retirada e do retorno dos equipamentos será inteiramente da CONTRATADA.

7.2. A execução dos serviços será iniciada somente após a data de assinatura do Contrato, e na forma que segue:

7.2.1. **MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** Manutenção de natureza previsível e programável, com frequência recomendada de uma vez ao ano. O equipamento BIOMEK NXp terá somente 01 (uma) MANUTENÇÃO PREVENTIVA a cada 12 (doze) meses. A MANUTENÇÃO PREVENTIVA consiste nos serviços, e na substituição preventiva de peças.

### 7.2.1.1 Serviços

7.2.1.1.1. Os serviços relativos à Manutenção Preventiva deverão garantir o perfeito funcionamento do equipamento em sua plenitude dentro dos parâmetros exigidos pelo fabricante, não sendo focada apenas na substituição de peças ou componentes e não se limitando somente aos serviços então executados na ocasião da própria Manutenção Preventiva. A solicitação de agendamento desta espécie de manutenção, a ser realizada pela CONTRATANTE, será através de comunicação via correio eletrônico (e-mail) da CONTRATADA. O efetivo agendamento da data da manutenção, a ser realizado pela CONTRATADA, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do e-mail de solicitação de agendamento. O atendimento da solicitação, ou seja a realização da(s) manutenção(ões) deverá(ão) ser em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, caso a CONTRATADA, possua, de pronto, as condições de realizar o atendimento (p.ex. peças em estoque, disponibilidade de agenda de funcionário capacitado, etc), a contar, também, da data do e-mail de solicitação de agendamento realizado pela CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA, por motivo relevante, necessite postergar a data inicialmente agendada para a(s) manutenção(ões), a CONTRATADA deverá encaminhar e-mail dentro do prazo inicialmente previsto, informando nova previsão de data, que deverá ser acordada entre as partes, considerando critério de razoabilidade para data não excessivamente distante da anteriormente agendada. Deverá contemplar no mínimo:

7.2.1.1.1.1. Inspeção e testes de operacionalidade e precisão;

7.2.1.1.1.2. Serviços de regulação completa, objetivando manter o equipamento dentro dos limites de tolerância exigidos pelo fabricante;

7.2.1.1.1.3. Alinhamento, ajuste e calibração dos braços robóticos;

7.2.1.1.1.4. Limpeza e, quando aplicável, lubrificação dos componentes que interferem diretamente no funcionamento do equipamento;

7.2.1.1.1.5. Instrução e orientação aos usuários quanto aos procedimentos adequados à correta operação;

### 7.2.1.2. Substituição preventiva de peças:

7.2.1.2.1. Trata-se de substituição preventiva de peças que habitualmente sofrem maior desgaste e que são suscetíveis de causar funcionamento inadequado ou pane no equipamento.

7.2.1.2.2. No caso de necessidade de troca de peças ou componentes para realização do serviço na Manutenção Preventiva, a CONTRATADA deverá fornecer todas as peças necessárias em conformidade com as quantidades e valores apresentados na proposta da CONTRATADA pelo período, dentro do prazo de vigência do contrato, em que a CONTRATADA ainda forneça suporte técnico, em caso de obsolescência do modelo do equipamento previsto neste Projeto Básico. A proposta da CONTRATADA deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.2.1.2.3. Todas as peças ou componentes que porventura sejam substituídas na Manutenção Preventiva deverão ser de primeiro uso (novas), originais ou equivalentes indicados pelo fabricante.

7.2.1.2.4. Na intervenção para Manutenção Preventiva, caso haja necessidade de substituição de peças não previstas na proposta comercial, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório de Diagnóstico, cujo modelo encontra-se disponível no APÊNDICE – II deste Termo de Referência, ou modelo equivalente, com a descrição das peças ou componentes a serem substituídos.

7.2.1.2.5. Ainda sobre a necessidade de substituição de peças ou componentes não previstos em sua proposta inicial, a CONTRATADA deverá formalizar a descrição, quantitativo e valores unitários em proposta comercial posterior, comprovando o valor unitário praticado no mercado. Não estará incluso, no valor desta peça ou componente, o valor referente ao serviço de manutenção propriamente dito. A efetiva autorização para substituição de peças dar-se-á somente após análise, aprovação e assinatura do Relatório de Diagnóstico, pela CONTRATANTE;

7.2.1.2.6. Quando da eventual substituição de peça constante de relação presente em sua proposta comercial e no contrato, a CONTRATADA também deverá comprovar seu valor unitário praticado no mercado.

7.2.1.2.7. Para o pagamento do fornecimento de peças, serão utilizados como referência os valores constantes da proposta comercial da CONTRATADA, previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.2.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** Manutenção de natureza imprevisível e não programável pois tal manutenção far-se-á necessária somente se e quando houver uma pane no equipamento. Durante o período de vigência do contrato, haverá necessidade dos serviços de Manutenção Corretiva sempre que houver pane parcial ou total do equipamento. Poderão ocorrer o quantitativo de até 02 (duas) manutenções corretivas a cada período de 12 (doze) meses. A solicitação de agendamento desta espécie de manutenção, a ser realizada pela CONTRATANTE, será através de comunicação via correio eletrônico (e-mail) da CONTRATADA. O efetivo agendamento da data da manutenção, a ser realizado pela CONTRATADA, deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos, a contar da data do e-mail de solicitação de agendamento. O atendimento da solicitação, ou seja a realização da(s) manutenção(ões) deverá(ão) ser em até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, caso a CONTRATADA, possua, de pronto, as condições de realizar o atendimento (p.ex. peças em estoque, disponibilidade de agenda de funcionário capacitado, etc), a contar, também, da data do e-mail de solicitação de agendamento realizado pela CONTRATANTE. Caso a CONTRATADA, por motivo relevante, necessite postergar a data inicialmente agendada para a(s) manutenção(ões), a CONTRATADA deverá encaminhar e-mail dentro do prazo inicialmente previsto, informando nova previsão de data, que deverá ser acordada entre as partes, considerando critério de razoabilidade para data não

excessivamente distante da anteriormente agendada. Esta espécie de manutenção consiste nos serviços e na substituição corretiva de peças danificadas, de acordo com que se segue:

#### 7.2.2.1. Serviços

7.2.2.1.1. A(s) intervenção (ões) para a (s) Manutenção (ões) Corretiva (s) consiste(m) somente em uma possibilidade e só será (ão) executada (s), em caso de pane parcial ou total do equipamento. Ocorrerá quando requisitada (s) pela CONTRATANTE, mediante Solicitação de Serviço por meio de chamado efetuado através do formulário constante do APÊNDICE I deste Termo de Referência ou através de mensagem eletrônica (e-mail)

7.2.2.1.2. A Manutenção Corretiva, caso ocorra, deverá garantir o perfeito funcionamento do equipamento em sua plenitude de performance de acordo com parâmetros do fabricante, não sendo focada apenas nas peças ou componentes substituídos e não se limitando aos serviços então executados na ocasião da própria Manutenção Corretiva;

7.2.2.1.3. A Solicitação de Serviço demandada pela CONTRATANTE deverá ser atendida, pela CONTRATADA, mediante envio de funcionário especializado com capacidade técnica para realização de MANUTENÇÃO CORRETIVA. A CONTRATADA deverá fornecer um calendário (item 3 do APÊNDICE – I) o qual deverá constar a previsão de finalização dos serviços, que deverá ser aprovado previamente à realização dos serviços, pela CONTRATANTE.

7.2.2.1.4. Após a finalização da MANUTENÇÃO CORRETIVA, a CONTRATADA deverá garantir o funcionamento adequado do equipamento de acordo com os parâmetros nominais do fabricante.

#### 7.2.2.2. Substituição Corretiva de Peças

7.2.2.2.1. Trata-se de substituição não programada de peças, visto que somente ocorrerá se porventura ocorrer pane parcial ou total do equipamento, em decorrência de peças danificadas.

7.2.2.2.2. No caso de necessidade de troca de peças ou componentes para realização do serviço na Manutenção Corretiva, a CONTRATADA deverá fornecer todas as peças necessárias em conformidade com as quantidades e valores apresentados na proposta da CONTRATADA pelo período, dentro do prazo de vigência do contrato, em que a CONTRATADA ainda forneça suporte técnico, em caso de obsolescência do modelo do equipamento previsto neste Termo de Referência. A proposta da CONTRATADA deverá ser previamente aprovada pela CONTRATANTE.

7.2.2.2.3. Todas as peças ou componentes que porventura sejam substituídas na Manutenção Corretiva deverão ser de primeiro uso (novas), originais ou equivalentes indicados pelo fabricante.

7.2.2.2.4. A cada intervenção para Manutenção Corretiva, caso haja necessidade de substituição de peças, a CONTRATADA deverá emitir um Relatório de Diagnóstico, cujo modelo encontra-se disponível no APÊNDICE – II deste Termo de Referência, ou modelo equivalente, com a descrição das peças ou componentes a serem substituídos. Não estará incluso, no valor desta peça ou componente, o valor referente ao serviço de manutenção propriamente dito. A efetiva autorização para substituição de peças dar-se-á somente após análise, aprovação e assinatura do Relatório de Diagnóstico, pela CONTRATANTE;

7.2.2.2.5. Tratando-se da substituição de peça no âmbito da Manutenção Corretiva, a CONTRATADA deverá formalizar a descrição, quantitativo e valores unitários em proposta comercial. Os valores constantes nesta proposta comercial deverão ser comprovados mediante apresentação de notas fiscais, contratos, publicações no DOU ou outros instrumentos comprobatórios de valores de comercialização da(s) peça(s) para outros órgãos ou instituições, documentação a qual será anexada ao Relatório de Diagnóstico. Após juntada de documentos comprobatórios, esta proposta Comercial deverá ser submetida à análise da CONTRATANTE, para fins de aprovação.

7.2.2.2.6. Para o pagamento do fornecimento de peças, serão utilizados como referência os valores constantes da proposta comercial da CONTRATADA, previamente aprovada pela CONTRATANTE.

### 8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O Contrato será gerido pelo Gestor da Execução do Contrato e a execução, pelo(s) fiscal(is) do Contrato, servidores formalmente designados pelo setor demandante.

8.2. Haverá acompanhamento prévio, mediante Relatórios de Diagnóstico, e durante a execução, através do Relatório de Serviço Técnico.

8.2.1. O Relatório de Diagnóstico permite quantificar o tempo estimado de serviço e respectivos custos. Os serviços somente serão executados somente após aprovação desta espécie de Relatório pela CONTRATANTE.

8.2.2. Cada efetiva intervenção para Manutenção Preventiva ou Corretiva deverá ser acompanhada pela emissão de um Relatório de Serviço Técnico pela CONTRATADA, (modelo no APÊNDICE – III) ou similar, com a descrição dos serviços executados e peças substituídas. O Relatório de Serviço Técnico devidamente assinado será, para todos os efeitos, o comprovante dos serviços executados, e será a base de cálculo para efetivo pagamento do serviço prestado. O Relatório de Serviço Técnico deverá conter:

8.2.2.1. o diagnóstico inicial do problema;

8.2.2.2. a solução para os problemas encontrados;

8.2.2.3. as peças e materiais porventura substituídos;

8.2.2.4. as descrições das atividades realizadas

8.2.2.5. as condições gerais sobre o resultado da intervenção e sobre o funcionamento do equipamento, após a intervenção.

### 9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidade necessárias à boa execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

### 10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as informações prioritariamente explicitadas no item 01; 05; 07; 12 e 16 deste Termo de Referência. Subsidiariamente, as informações contidas nos itens 9 e 13, sem prejuízo à observância dos demais comandos contidos neste Termo de Referência.

## 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado e com conhecimentos técnicos na operacionalização e uso do equipamento, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 11.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 11.6.3. considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos ~~básicos~~ suficientes dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;
- 12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Contratação;
- 12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações e ônus referentes a fretes, impostos, seguros, encargos trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE; e ainda apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela CONTRATANTE;
- 12.23. Arcar com todos os ônus referentes ao fornecimento de consumíveis e peças de pequena monta, tais como: parafusos, porcas, arruelas e similares;
- 12.24. Informar e manter atualizado endereço eletrônico, mediante o qual se realizará o chamado técnico;
- 12.25. Fornecer as peças constantes da relação presente na Proposta e no Contrato, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, salvo requerimento da empresa, solicitando dilação de prazo por motivo relevante. Tal solicitação de dilação deverá ser encaminhada à CONTRATANTE, na vigência do prazo inicial do fornecimento de peças.
- 12.26. Caso não seja solucionado o defeito do equipamento em uma única visita técnica, sua solução deverá ser feita em visitas posteriores, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;
- 12.27. O dever previsto em subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às expensas da CONTRATADA, no prazo máximo de 90 (noventa) dias úteis, o produto com avarias ou defeitos;
- 12.28. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2. Os representantes da CONTRATANTE deverão ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle administrativo e técnico da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará os parâmetros previstos nos itens 07 e 08 deste Termo de Referência, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades CONTRATADAS; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização dos parâmetros anteriormente anunciados não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.14. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.15. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos a contar da data imediatamente posterior à data de finalização de cada Manutenção Preventiva ou corretiva, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização, após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada Manutenção Preventiva ou corretiva, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de 15 (quinze) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado (Relatório de Serviço Técnico, citado no item 08 deste Termo de Referência) em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Relatório circunstanciado (Relatório de Serviço Técnico) deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato, servidor formalmente designado pelo setor demandante, para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do Relatório circunstanciado (Relatório de Serviço Técnico) ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do primeiro dia útil após a finalização do prazo do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição adotado pela CONTRATANTE.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.7. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser estendido, caso a entrega da nota fiscal pela CONTRATADA se dê posteriormente ao transcurso dos 10 (dez) dias corridos.

16.8. O recebimento definitivo dar-se-á somente quando os equipamentos estiverem em pleno funcionamento, atendendo todas as suas características nominais de fabricação.

## 17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento e ateste da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

17.6.1. não produziu os resultados acordados;

17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



17.8. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão CONTRATANTE, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	( 6 / 100 )	I = 0,00016438
		365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

19.1.1. O Termo de Referência contempla o pagamento somente após a execução dos serviços e o recebimento definitivo por parte da Administração. Também, expressa sanções suficientemente detalhadas, que garantem a boa execução do Contrato, inclusive sobre a retenção de pagamento em caso de inexecução total, parcial ou em desacordo com as exigências elencadas neste Termo de Referência.

## 20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei 0.520, de 2002, a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou Fraudar na execução do contrato;

20.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. Cometer fraude fiscal;

20.1.6. não mantiver a proposta;

20.1.7. apresentar documentação falsa;

20.1.8. descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. **Multa de:**

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 2 e 3**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 21.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

**Tabela 02- Graus de infrações**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 03- Descrições de infrações**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
<b>Para os itens a seguir, deixar de:</b>		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. O disposto anteriormente no item 5 deste Termo de Referência.

21.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

21.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

21.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

23.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 256.801,59 (duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e um reais e cinquenta e nove centavos)**.

23.2. Os preços referenciais serão obtidos pela metodologia do menor preço ofertado. A adoção do menor preço como metodologia para obtenção dos valores de referência, dar-se-á, precipuamente, pela discrepância exorbitante existente entre valores de peças nas propostas ofertadas de manutenção corretiva.

23.3. Os itens de composição de valores para a Manutenção Preventiva e as Manutenções Corretivas se subdividem em: a) HORAS TÉCNICAS; b) DESLOCAMENTO; c) PEÇAS. Segue abaixo a memória de cálculo para estimativa da contratação:

23.4. **ESTIMATIVA DE CUSTOS DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA:** O Termo de Referência contempla somente uma Manutenção Preventiva para o equipamento. O serviço de Manutenção Preventiva é programável e de ocorrência necessária durante a vigência do contrato.

23.5. **ESTIMATIVA DE CUSTOS DAS MANUTENÇÕES CORRETIVAS:** O Termo de Referência contempla até duas Manutenções Corretivas para o equipamento. Os serviços de Manutenção Corretiva configuram somente uma possibilidade, podendo não ser necessários durante a vigência do contrato. Os custos deste tipo de manutenção são pautados em estimativas pois sem o diagnóstico do caso concreto, ou seja, antes da ocorrência de panes, não é possível conhecer o número de horas técnicas exatas a serem utilizadas e nem quais peças supostamente deverão ser substituídas. Para fins orçamentários e de empenho:

a) As licitantes estimaram a quantidade de horas técnicas necessárias para cada intervenção corretiva e encaminharam o valor unitário da hora técnica

b) A quantidade e valores para deslocamentos necessários.

c) Em relação às peças, há a impossibilidade de conhecimento prévio de qual (is) peça (s) supostamente teriam necessidade de substituição nas manutenções corretivas. Para fins orçamentários e de empenho, a estratégia utilizada foi o somatório dos valores unitários das duas peças mais onerosas da licitante que forneceu o conjunto de valores de peças mais vantajoso. Tal estratégia visa garantir orçamento/empenho de valores suficientes para cobertura de possíveis substituições, até em caso de panes de maior complexidade que necessitem troca de peças mais onerosas.

PRINCIPAIS PEÇAS DO EQUIPAMENTO BIOMEK	Conjunto de valores fornecidos pela	Conjunto de valores fornecidos pela licitante
--	-------------------------------------	---

NXp	licitante ESALAB	BECKMAN
BD Assy, Axis Servo Module (cód. 989254)	10.580,00	4.267,80
Board Assy, Main I/O (cód. 989426)	15.488,00	6.249,59
16 Axis Servo Board (cód. 989338)	23.908,00	9.995,61
Power Supply - NX 36 V/24 V (cód. 989047)	34.090,00	14.246,87
Xcalibur Syringe Pump, 4 port (cód. A39859)	37.506,00	15.682,49
Pod Servo Board Assembly (cód. 717739)	23.162,00	6.552,80
Motor - Pulley Assembly (cód. A19978):	27.515,00	9.459,08
Windows 7 Automation Controller (cód. B12273)	411.858,00	35.889,11
SPAN-8 PUMP BANK ASSEMBLY(cód. 989395)	378.158,00	76.025,81
Span & Pod Packaged (cód. A32312)	394.914,00	164.423,78

23.6. A memória de cálculo para as estimativas de valores para manutenção preventiva e manutenções corretivas é apresentada separando-se os elementos: HORAS TÉCNICAS, DESLOCAMENTO E PEÇAS.

MEMÓRIA DE CÁLCULO								
VALORES DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA								
ITEM	DESCRIÇÃO		Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Quant.	Menor Preço	
							Unitário	Total
1	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	HORAS TÉCNICAS	Ud.	EMPRESA 1: BECKMAN Quantidade horas técnicas: 04 Valor unitário hora técnica: 450,00		01 ud	1.800,00	1.800,000
				1.800,00   1.800,00				
				EMPRESA 2: ESALAB Quantidade horas técnicas: 20 Valor unitário hora técnica: 230,00				
				4.600,00   4.600,00				
		DESLOCAMENTOS	Ud.	EMPRESA 1: BECKMAN Passagem: 2.000,00 Hotel: 600,00 Transporte: 300,00		01 ud	2.900,00	2.900,00
				2.900,00   2.900,00				
				EMPRESA 2: ESALAB (passagem, hotel, transporte): 2.920,00				
				2.920,00   2.920,00				
		PEÇAS	Ud.	EMPRESA 1: BECKMAN Não há recomendação do fabricante para troca de peças preventivamente		00 ud	0,00	0,00
				N/A   N/A				
				EMPRESA 2: ESALAB Não há recomendação do fabricante para troca de peças preventivamente				
				N/A   N/A				
ESTIMATIVA TOTAL DE VALORES PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA: R\$ 4.700,00								
VALORES DE MANUTENÇÃO CORRETIVA								
ITEM	DESCRIÇÃO	Class. Contábil	Unid.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	Quant.	Menor Preço	
							Unitário	Total
2	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA	HORAS TÉCNICAS	Ud.	EMPRESA 1: BECKMAN Quantidade horas técnicas: 08 Valor unitário hora técnica: 450,00		02 ud	2.760,00	5.520,00
				3.600,00   7.200,00				
				EMPRESA 2: ESALAB Quantidade horas técnicas: 12 Valor unitário hora técnica: 230,00				
				2.760,00   5.520,00				
		DESLOCAMENTO	Ud.	EMPRESA 1: BECKMAN		02 ud	3.066,00	6.132,00

				Passagem: 2.000,00 Hotel: 1.000,00 Transporte: 500,00					
				3.500,00	7.000,00				
				<b>EMPRESA 2: ESALAB</b> (passagem, hotel, transporte): 3.066,00					
				3.066,00	6.132,00				
			PEÇAS	Ud.	PRIMEIRA PEÇA: SPAN-8 PUMP BANK ASSEMBLY(cód. 989395)	01 ud	76.025,81	76.025,81	
					EMPRESA 1: BECKMAN				
					76.025,81				76.025,81
					EMPRESA 2: ESALAB				
				378.158,00	378.158,00				
		Ud.	SEGUNDA PEÇA: Span & Pod Packaged (cód. A32312)	01 ud	164.423,78	164.423,78			
			EMPRESA 1: BECKMAN						
			164.423,78				164.423,78		
			EMPRESA 2: ESALAB						
			394.914,00				394.914,00		
ESTIMATIVA TOTAL DE VALORES PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA: R\$ 252.101,59									
ESTIMATIVA TOTAL DE VALORES PARA A CONTRATAÇÃO: 256.801,59									

**24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**24.1. **UNIDADE GESTORA:** DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA - DITEC/PF (11.07)**UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:** DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA - DITEC/PF (11.07)**FONTE:** TESOURO - RECURSOS ORDINARIOS (0100000000)**PLANO INTERNO:** ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AG21)**NATUREZA DE DESPESA:** OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (339039)**PTRES:** 172371**25. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS EXECUTADOS**

25.1. Estarão cobertos pela garantia todos os serviços, peças e materiais decorrentes da Manutenção Preventiva e Corretiva autorizada pela CONTRATANTE, por um período de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento definitivo do objeto deste Termo de Referência.

25.2. A CONTRATADA será responsável pelo custeio das despesas de frete, seguro e embalagem dos equipamentos tanto para o envio à assistência técnica como para a sua devolução à unidade de origem. Adicionalmente, a CONTRATANTE não será onerada, adicionalmente, a qualquer título, em razão da execução de serviços cobertos pela garantia, sejam eles referentes à mão-de-obra, impostos, substituição de peças ou materiais ou outros custos operacionais que se fizerem necessários.

25.3. A CONTRATANTE comunicará formalmente à CONTRATADA sobre equipamento que se enquadre nas condições de garantia. A CONTRATADA terá, a partir do recebimento desta comunicação, 30 (trinta) dias úteis para realizar nova manutenção, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

25.4. Caso houver a necessidade da retirada do equipamento para realização de serviços, tal retirada ocorrerá mediante assinatura de ambas as partes em documento formal que deverá conter detalhes do equipamento e motivo da retirada;

25.5. Não se aplica a garantia de serviços, peças e materiais se restar comprovado que o equipamento foi submetido a mau uso por parte da CONTRATANTE ou nas ocorrências de caso fortuito ou força maior.

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União

Termo de Referência - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra

Atualização: Outubro/2020

Brasília/DF, 18 de fevereiro de 2021.

**BRUNO RODRIGUES TRINDADE**  
Perito Criminal Federal  
Chefe do SEGEF/DPER/INC/DITEC/PF

**RENATO TEODORO FERREIRA DE PARANAÍBA**  
Perito Criminal Federal  
Matrícula nº 9.736  
Integrante Técnico da Equipe de Planejamento da Contratação

**LUIZ GUILHERME BARROS COCENTINO**  
Perito Criminal Federal  
Matrícula nº 17.213  
Integrante Administrativo da Equipe de Planejamento da Contratação

De acordo.

**DANIEL RUSSO**  
Perito Criminal Federal  
Chefe da Divisão de Perícias-DPER

Aprovo este Termo de Referência em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**ALAN DE OLIVEIRA LOPES**  
PERITO CRIMINAL FEDERAL  
Diretor Técnico-Científico

APÊNDICE I

- SOLICITAÇÃO DE Manutenção Corretiva -

	<b>SOLICITAÇÃO DE Manutenção Corretiva</b>  Nº ____/20__
--	--

1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATANTE)		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) Corretiva		
	Telefone de contato	Assinatura

Solicitação		

**2. Considerações Técnicas (preenchimento por parte da CONTRATANTE)**

--

**3. Recepção da Solicitação (preenchimento por parte da CONTRATADA)**

Data	Hora	Nome/Cargo
Data prevista para atendimento	Data prevista para finalização	Assinatura
Comentários		



## APÊNDICE II

## - RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO -

	<b>RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO</b>  Nº ____/20__
--	---

1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATADA)		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) Preventiva		
	Telefone de contato	Assinatura
( ) Corretiva		
Motivo da solicitação, segundo a CONTRATANTE		

2. Diagnóstico (preenchimento por parte da CONTRATADA)	
Data e hora de início da intervenção	Nome e cargo dos interventores
Diagnóstico inicial	
Solução para os problemas encontrados	
Peças e/ou outros materiais necessários	


3. Recepção do Relatório de Diagnóstico (CONTRATANTE)		
Data	Hora	Nome/Cargo
Aprovação (anexar comprovação dos valores das peças e materiais)		
( ) Aprovado ( ) Não aprovado		
Comentários sobre o relatório de diagnóstico		Assinatura

## APÊNDICE III

## - RELATÓRIO DE SERVIÇO TÉCNICO -

	<b>RELATÓRIO DE SERVIÇO TÉCNICO</b> Nº ____/20__
--	---

1. Informações (preenchimento por parte da CONTRATADA)		
Tipo de manutenção	Data	Nome/Cargo
( ) Preventiva		
	Telefone de contato	Assinatura
( ) Corretiva		
Motivo da solicitação, segundo a CONTRATANTE		

2. Informações sobre a intervenção (preenchimento por parte da CONTRATADA)		
Data e hora de início da intervenção	Nome e cargo dos interventores	Data e hora do fim da intervenção
Diagnóstico inicial	Solução para os problemas encontrados	Peças e outros materiais utilizados
Descrição das atividades realizadas		
Observações		

3. Recepção da Solicitação (CONTRATANTE)		
Data	Hora	Nome/Cargo
Comentários sobre a intervenção e os resultados		Assinatura



Documento assinado eletronicamente por **RENATO TEODORO FERREIRA DE PARANAIBA, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/02/2021, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **BRUNO RODRIGUES TRINDADE, Perito(a) Criminal Federal**, em 18/02/2021, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ GUILHERME BARROS COCENTINO, Perito(a) Criminal Federal**, em 19/02/2021, às 09:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **ALAN DE OLIVEIRA LOPES, Diretor(a)**, em 22/02/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL RUSSO, Perito(a) Criminal Federal**, em 23/02/2021, às 16:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17725215** e o código CRC **62FDB54E**.

Referência: Processo nº 08201.000695/2019-93

SEI nº 17725215